

Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI)

Atualizado em: 27-09-2017

Esta informação destina-se a

Pessoas que estejam em situação de dependência e necessitem de cuidados continuados de saúde e de apoio social.

Quais os objetivos e princípios

A Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) é constituída por um conjunto de instituições, públicas ou privadas, que prestam (ou virão a prestar) cuidados continuados de saúde e de apoio social a pessoas em situação de dependência, tanto na sua casa como em instalações próprias.

A RNCCI resulta duma parceria entre os Ministérios da Solidariedade, Emprego e Segurança Social e da Saúde* e vários prestadores de cuidados de saúde e de apoio social.

** Foi criada pelo Decreto-Lei N.º 101/2006, de 6 de junho, no âmbito dos Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social e da Saúde.*

A RNCCI inclui:

- Unidades de internamento, que podem ser de:
- Cuidados continuados de convalescença;
- Cuidados continuados de média duração e reabilitação;
- Cuidados continuados de longa duração e manutenção;
- Cuidados paliativos.
- Unidades de ambulatório.
- Equipas hospitalares de cuidados continuados de saúde e de apoio social.
- Equipas domiciliárias de cuidados continuados de saúde e de apoio social.

Nos cuidados continuados integrados a pessoa em situação de dependência, independentemente da sua idade, recebe cuidados de saúde e apoio social.

O objetivo é ajudar a pessoa a recuperar ou manter a sua autonomia e maximizar a sua qualidade de vida.

Têm direito aos cuidados continuados integrados as pessoas nas seguintes situações:

- Dependência funcional temporária (por estar a recuperar duma doença, cirurgia, etc.).
- Dependência funcional prolongada.
- Idosos com critérios de fragilidade (dependência e doença).
- Incapacidade grave, com forte impacto psicológico ou social.
- Doença severa, em fase avançada ou terminal.

Objetivos

De uma forma geral, o objetivo da RNCCI é prestar cuidados continuados integrados a pessoas que, independentemente da idade, se encontrem em situação de dependência.

Os objetivos específicos são:

- Melhorar as condições de vida e de bem-estar das pessoas em situação de dependência, através da prestação de cuidados continuados de saúde e/ou de apoio social;
- Promover a manutenção no domicílio das pessoas com perda de funcionalidade ou em risco de a perder, sempre que, mediante o apoio domiciliário, possam ser garantidos os cuidados terapêuticos e o apoio social necessários à provisão e manutenção de conforto e qualidade de vida;
- Atuar através do apoio, do acompanhamento e do internamento tecnicamente adequados à respectiva situação;
- Melhorar, de forma contínua, a qualidade na prestação de cuidados continuados de saúde e de apoio social;
- Apoiar os familiares, ou prestadores informais, na sua formação e qualificação para melhorar a prestação dos cuidados;
- Articular e coordenar em rede os cuidados em diferentes serviços, setores e níveis de diferenciação;
- Prevenir lacunas em serviços e equipamentos, em consequência da progressiva cobertura a nível nacional das necessidades das pessoas em situação de dependência, em matéria de cuidados continuados integrados e de cuidados paliativos.

Princípios

Os princípios base da RNCCI são:

- Prestação individualizada e humanizada de cuidados.
- Continuidade dos cuidados entre os diferentes serviços, setores e níveis de diferenciação, mediante a articulação e coordenação em rede.
- Equidade no acesso e mobilidade entre os diferentes tipos de unidades e equipas da rede.
- Proximidade da prestação dos cuidados, através da potenciação de serviços comunitários de proximidade.
- Multidisciplinaridade e interdisciplinaridade na prestação dos cuidados.
- Avaliação integral das necessidades da pessoa em situação de dependência e definição periódica de objetivos de funcionalidade e autonomia.
- Promoção, recuperação contínua ou manutenção da funcionalidade e da autonomia.
- Participação das pessoas em situação de dependência, e dos seus familiares ou representante legal, na elaboração do plano individual de intervenção e no encaminhamento para as unidades e equipas da Rede.
- Participação e corresponsabilização da família e dos cuidadores principais na prestação dos cuidados.
- Eficiência e qualidade na prestação dos cuidados.

A RNCCI assenta na garantia do direito da pessoa em situação de dependência:

- À dignidade.
- À preservação da identidade.
- À privacidade.
- À informação.
- À não discriminação.
- À integridade física e moral.
- Ao exercício da cidadania.
- Ao consentimento informado das intervenções efetuadas.

Quais as tipologias de cuidados continuados

Unidades de Internamento (com necessidade de ser internado)

Unidade de Convalescença - para internamentos até 30 dias

Para pessoas que estiveram internadas num hospital devido a uma situação de doença súbita ou ao agravamento duma doença ou deficiência crónica, que já não precisam de cuidados hospitalares, mas requeiram cuidados de saúde que, pela sua frequência, complexidade ou duração, não possam ser prestados no domicílio.

A Unidade de Convalescença assegura:

- Cuidados médicos permanentes;
- Cuidados de enfermagem permanentes;
- Exames complementares de diagnóstico, laboratoriais e radiológicos;
- Prescrição e administração de medicamentos;
- Cuidados de fisioterapia;
- Apoio psicológico e social;
- Higiene, conforto e alimentação;
- Convívio e lazer.

Unidade de Média Duração e Reabilitação (UMDR) - para internamentos com duração entre 30 e 90 dias

Para pessoas que perderam temporariamente a sua autonomia, mas que podem recuperá-la e que necessitem de cuidados de saúde, apoio social e reabilitação que, pela sua frequência ou duração, não podem ser prestados no domicílio.

A UMDR assegura:

- Cuidados médicos diários;
- Cuidados de enfermagem permanentes;
- Cuidados de fisioterapia e de terapia ocupacional;
- Prescrição e administração de medicamentos;
- Apoio psicossocial;
- Higiene, conforto e alimentação;
- Convívio e lazer.

Unidade de Longa Duração e Manutenção (ULDM) - para internamentos com mais de 90 dias seguidos

Para pessoas com doenças ou processos crónicos, com diferentes níveis de *dependência* e graus de complexidade, que não reúnam condições para serem cuidadas em casa ou na instituição ou estabelecimento onde residem. Presta apoio social e cuidados de saúde de manutenção que previnam e retardem o agravamento da situação de *dependência*, favorecendo o conforto e a qualidade de vida.

A ULDM pode ter ainda internamentos com menos de 90 dias (máximo 90 dias por ano) quando há necessidade de descanso do principal cuidador.

A ULDM assegura:

- Atividades de manutenção e de estimulação;
- Cuidados de enfermagem permanentes;
- Cuidados médicos;
- Prescrição e administração de medicamentos;
- Apoio psicossocial;
- Controlo fisiátrico periódico;
- Cuidados de fisioterapia e de terapia ocupacional;
- Animação sociocultural;
- Higiene, conforto e alimentação;
- Apoio no desempenho das atividades da vida diária.

Unidade de Cuidados Paliativos - não existe período limite de internamento

Para doentes em situação clínica complexa e de sofrimento, devido a uma doença severa e/ou avançada, incurável e progressiva.

A Unidade de Cuidados Paliativos assegura:

- Cuidados médicos diários;
- Cuidados de enfermagem permanentes;
- Exames complementares de diagnóstico laboratoriais e radiológicos;
- Prescrição e administração de medicamentos;
- Cuidados de fisioterapia;
- Consulta, acompanhamento e avaliação de doentes internados em outros serviços ou unidades;
- Acompanhamento e apoio psicossocial e espiritual;
- Atividades de manutenção;
- Higiene, conforto e alimentação;
- Convívio e lazer.

Unidades de Ambulatório (sem necessidade de ser internado)

Unidade de Dia e de Promoção da Autonomia (UDPA) - a implementar

Para pessoas que necessitem da prestação de cuidados de apoio social, saúde, promoção, autonomia ou manutenção do estado funcional, que podendo permanecer no domicílio, não podem aí ver assegurados esses cuidados face à complexidade ou duração.

A UDPA assegura:

- Atividades de manutenção e de estimulação;
- Cuidados médicos;
- Cuidados de enfermagem periódicos;
- Cuidados de fisioterapia, terapia ocupacional e da fala;
- Apoio psicossocial;
- Animação sociocultural;
- Alimentação;
- Higiene pessoal, quando necessária.

Cuidados Continuados Integrados Domiciliários/Equipas de cuidados continuados integrados (ECCI)

Para pessoas em situação de dependência funcional transitória ou prolongada, que não se podem deslocar de forma autónoma, cujo critério de referenciação assenta na fragilidade, limitação funcional grave, condicionada por fatores ambientais, com doença severa, em fase avançada ou terminal, ao longo da vida, que reúnam condições no domicílio que permitam a prestação dos cuidados continuados integrados que requeiram:

- Frequência de prestação de cuidados de saúde superior a 1 vez por dia, ou, prestação de cuidados de saúde superior a 1 hora e 30 minutos por dia, no mínimo de 3 dias por semana;
- Cuidados além do horário normal de funcionamento da equipa de saúde familiar, incluindo fins de semana e feriados;
- Complexidade de cuidados que requeira um grau de diferenciação ao nível da reabilitação;
- Necessidades de suporte e capacitação ao cuidador informal.

Oferece:

- Cuidados domiciliários de enfermagem e médicos (preventivos, curativos, reabilitadores ou paliativos);
- Cuidados de fisioterapia;
- Apoio psicossocial e de terapia ocupacional, envolvendo os familiares e outros prestadores de cuidados;
- Educação para a saúde aos doentes, familiares e cuidadores;
- Apoio na satisfação das necessidades básicas;

- Apoio na satisfação das necessidades básicas;
- Apoio no desempenho das atividades da vida diária.

O que fazer para aceder

Se estiver internado num hospital do Serviço Nacional de Saúde

Contacte o serviço onde está internado ou a Equipa de Gestão de Altas (EGA) desse hospital.

A EGA do hospital onde o doente esteja internado, em situação de episódio agudo de doença, é quem analisa a situação do doente. Se verificar que tem as condições necessárias para ser encaminhado para a RNCCI, envia uma proposta de admissão à Equipa Coordenadora Local da área de residência.

A avaliação interdisciplinar é feita, de preferência, logo no início do internamento porque é preciso preparar, com tempo, a etapa que se segue à alta clínica.

Se estiver em casa, num hospital privado ou noutras Instituições ou Estabelecimentos

Se estiver (ou conhecer alguém que esteja) em situação de dependência que precise de cuidados continuados de saúde e/ou apoio social, deve contactar um médico, enfermeiro ou assistente social do Centro de Saúde da área onde reside o doente. Uma equipa do Centro de Saúde vai então avaliar a situação do doente. Se verificar que tem as condições necessárias para ser encaminhado para a Rede, envia uma proposta de admissão à Equipa Coordenadora Local da mesma área.

O doente e o cuidador (a pessoa que o assiste) estão envolvidos ao longo de todo este processo.

O que fazer para a Segurança Social pagar parte da despesa

Apenas podem ter acesso à Comparticipação da Segurança Social os utentes que, isoladamente ou em conjunto com os restantes elementos do seu agregado familiar, tenham um património mobiliário (depósitos bancários, ações, certificados de aforro ou outros ativos financeiros) de valor inferior a 101.116,80€, no ano de 2017 (240 vezes o valor do Indexante de Apoios Sociais).

Para uma informação mais detalhada sobre a condição de recursos, consulte o Guia Prático 8008 - Condição de Recursos.

Apresentar os seguintes documentos:

- Modelo AS 55-DGSS - Declaração Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados Comparticipação da Segurança Social. Este pode ser descarregado ou preenchido informaticamente, utilizando, para o efeito, os ficheiros que se encontram disponíveis na coluna lateral direita, associada a esta página, em Formulários.
 - Cópia de documento de identificação válido (Cartão de Cidadão, Bilhete de Identidade, Certidão do Registo Civil, Boletim de Nascimento, Passaporte);
 - Cópia do documento de identificação de beneficiário da Segurança Social ou de outros sistemas de proteção social;
 - Cópia do Cartão de Identificação Fiscal (número de contribuinte) do utente e dos elementos do agregado familiar;
- Nota: O valor do Indexante de Apoios Sociais (IAS) é € 421,32.

Custo e Obrigações

Quanto se paga

Se estiver internado numa Unidade de Convalescença ou numa Unidade de Cuidados Paliativos não tem de pagar qualquer valor.

Só paga quando estiver internado numa Unidade de Internamento de Média Duração e Reabilitação ou numa Unidade de Longa Duração e Manutenção.

Os custos referentes aos cuidados de saúde são pagos pelo Serviço Nacional de Saúde (Ministério da Saúde) ou por outros subsistemas de saúde.

O utente só paga os custos referentes ao apoio social, podendo uma parte desta despesa ser comparticipada pela Segurança Social.

Neste caso, o valor a pagar vai depender dos rendimentos do agregado familiar, que é calculado pela Equipa de Coordenação Local.

A parte comparticipada pela Segurança Social é transferida diretamente para a Instituição onde está internado.

A Unidade só lhe pode cobrar, no que toca a cuidados e serviços de saúde e de apoio social, o valor diário apurado e que se comprometeu a

pagar quando assinou o Termo de Aceitação do Internamento.

Todas as outras despesas, que não sejam parte dos cuidados e serviços acordados, são da exclusiva responsabilidade do utente quando por si solicitadas.

Para além deste documento obrigatório, preve-se ainda a realização de um contrato de prestação de serviços no ato da admissão, entre o utente e a Unidade prestadora. O contrato de prestação de serviços reforça os compromissos subjacentes no TA e transpõe para escrito direitos e deveres, entre os quais a modalidade de pagamento e o eventual depósito de uma caução.

A função da caução é assegurar o cumprimento de uma obrigação futura, pelo que findo o contrato e tendo sido cumprida a obrigação cujo cumprimento da caução visava assegurar, esta perderá razão de ser, havendo lugar à sua devolução.

Quais os rendimentos que são considerados

Para saber quais os rendimentos do agregado familiar a considerar na determinação do valor a pagar pelo o utente e para efeitos do cálculo da comparticipação da Segurança Social, consulte o Guia Prático Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrado, na coluna lateral direita associada a esta página.

Outras obrigações

Renovar a prova de rendimentos todos os anos

No final de cada ano tem de fazer nova prova de rendimentos (apresentar Modelo AS 55-DGSS - Declaração Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados Comparticipação da Segurança Social).

Alterar a composição do agregado familiar

Quando houver alterações do agregado familiar, o utente deve informar de imediato a Unidade onde está a receber cuidados, para que esta possa avisar a Equipa Coordenadora Local, que fará a revisão do cálculo do valor a pagar.

Deve apresentar o Modelo AS 55-DGSS - Declaração Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados Comparticipação da Segurança Social.

Cumprir o Regulamento Interno

Os utentes estão também obrigados a cumprir os Regulamentos Internos de cada unidade/equipa.

Fim da Prestação de Cuidados Continuados da RNCCI

A prestação de cuidados continuados da RNCCI termina quando:

- A pessoa tem alta da Unidade;
- A pessoa já não necessita do apoio das equipas domiciliárias.

A Segurança Social deixa de pagar parte das suas despesas

- Quando tiver alta;
- Se não renovar a prova de rendimentos;
- Se quando houver uma alteração da composição do agregado familiar não apresentar o Modelo AS 55-DGSS - Declaração Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados Comparticipação da Segurança Social;
- Quando forem prestadas falsas declarações.

Como executar

Entidades promotoras e gestoras

As entidades promotoras e gestoras das unidades e equipas da Rede revestem uma das seguintes formas:

- Entidades públicas dotadas de autonomia administrativa e financeira, com ou sem autonomia patrimonial;
- Instituições Particulares de Solidariedade Social e equiparadas, ou que prossigam fins idênticos;
- Entidades privadas com fins lucrativos;
- Centros de Saúde do Serviço Nacional de Saúde.

Para mais informação sobre a identificação das unidades, ver o sítio: <http://www.acss.min-saude.pt/2016/07/22/rncci/>

Obrigações das entidades promotoras e gestoras

Constituem obrigações das entidades promotoras e gestoras, perante as Administrações Regionais de Saúde e os Centros Distritais do Instituto da Segurança Social (ISS), as constantes do modelo de contratualização aprovado.

Recursos Humanos

A política de recursos humanos para as unidades e equipas da rede rege-se por padrões de qualidade, consubstanciada através de formação inicial e contínua.

A prestação de cuidados nas unidades e equipas da rede é garantida por equipas multidisciplinares com dotações adequadas à garantia de uma prestação de cuidados seguros e de qualidade.

As unidades e equipas da rede podem, ainda, contar com a colaboração de voluntários devidamente selecionados, formados e enquadrados como prestadores de cuidados informais.

Financiamento da rede

O financiamento das unidades e equipas da rede depende das condições de funcionamento das respostas, obedece ao princípio da diversificação das fontes de financiamento e da adequação seletiva mediante modelo de financiamento próprio.

Os encargos decorrentes do funcionamento das respostas da rede são repartidos pelos setores da Saúde e da Segurança Social em função da tipologia dos cuidados prestados, nos seguintes termos:

- As Unidades de Convalescença e de Paliativos, as Equipas de Gestão de Altas e as Intra-hospitalares de Suporte em Cuidados Paliativos e as Equipas Domiciliárias de Suporte em Cuidados Paliativos são integralmente da responsabilidade do Ministério da Saúde;
- As Unidades de Média Duração e Reabilitação e de Longa Duração e Manutenção, as Unidades de Dia e as Equipas Prestadoras de Cuidados Continuados Integrados são da responsabilidade dos dois setores - Ministério da Saúde e Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, em função da natureza dos cuidados prestados;
- O financiamento de cada tipo de serviços é específico, com preços adequados e revistos periodicamente, para assegurar a sustentabilidade e a prestação de cuidados de qualidade, conforme aprovado pela Portaria N.º 1087-A/2007, de 5 de setembro (retificada pela Declaração de Retificação N.º 101/2007, de 29 de outubro e alterada pela Portaria n.º 289-A/2015, de 17 de setembro), e pela Portaria N.º 189/2008, de 19 de fevereiro.
- A utilização das Unidades de Internamento de Média Duração e Reabilitação e Longa Duração e Manutenção e das Unidades de Dia e de Promoção da Autonomia e Equipas de Cuidados Continuados da Rede é comparticipada pela pessoa em situação de dependência em função do seu rendimento ou do seu agregado familiar, conforme foi aprovado no Despacho Normativo N.º 34/2007, de 19 de setembro, e com base no previsto no Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de junho.

Coordenação da Rede

A coordenação da rede processa-se a nível nacional, regional e local.

Administração Central do Sistema de Saúde, I.P. (ACSS)

A RNCCI é coordenada pela ACSS, I.P. (Núcleo Funcional da RNCCI) à qual compete promover a articulação com os organismos competentes dos Ministérios da Saúde e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social (Instituto da Segurança Social, I.P./ Departamento de Desenvolvimento Social e Programas).

Equipas Coordenadoras Regionais (ECR)

A coordenação da rede a nível regional é assegurada por cinco equipas constituídas, respetivamente, por representantes de cada Administração Regional de Saúde e dos Centros Distritais do ISS, nos termos definidos pelo Despacho Conjunto N.º 19 040/2006, de 19 de setembro.

As ECR articulam com a coordenação aos níveis nacional e local e asseguram o planeamento, a gestão, o controlo e a avaliação da Rede.

Equipas Coordenadoras Locais (ECL)

A coordenação da rede a nível local é assegurada por equipas multidisciplinares, integrando, pelo menos, do setor da Segurança Social um assistente social, do setor da Saúde, um médico e um enfermeiro, e, sempre que necessário, um representante da autarquia local.

A constituição, organização e as condições de funcionamento das equipas que asseguram a coordenação da Rede a nível local são definidas pelo Despacho Conjunto N.º 19 040/2006, de 19 de setembro.

As ECL articulam com a ECR da respetiva região, asseguram o acompanhamento e a avaliação da rede a nível local, bem como a articulação e coordenação dos recursos e atividades, no seu âmbito de referência.

Documentos

Na coluna lateral direita, associada a esta página, consulte as diversas publicações e legislação.

Publicações

- **Manual de Boas Práticas** para Assistentes Sociais na RNCCI.
- **Relatório da Implementação e Monitorização** da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados- Relatório Final (2013).

Documentos

- Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados - RNCCI.
- National Network of Integrated Continuous Care - RNCCI.
- Política e Estratégia da Qualidade.
- Recomendações para a Melhoria Contínua - Manual do Prestador.
- Relatório da Entidade Reguladora de Saúde sobre a Avaliação do Acesso dos Utentes aos CCI.

Legislação

- Decreto-Lei n.º 90/2017, de 28 de julho
- Portaria n.º 50/2017 de 2 de fevereiro
- Portaria n.º 289-A/2015, de 17 de setembro
- Portaria n.º 262/2015, de 28 de agosto
- Decreto-Lei n.º 136/2015, de 28 de julho
- Portaria n.º 174/2014, de 10 de setembro
- Portaria n.º 41/2013, de 1 de fevereiro
- Decreto-Lei n.º 133/2012, de 27 de junho
- Lei N.º 15/2011, de 3 de maio
- Despacho n.º 6359/2011, de 13 de abril
- Despacho n.º 3020/2011. DR 30, de 11 de fevereiro
- Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de junho
- Despacho n.º 23613/2009, de 28 de outubro
- Despacho n.º 2732/2009, de 21 de janeiro
- Portaria n.º 189/2008, de 19 de fevereiro
- Declaração de Rectificação n.º 101/2007, de 29 de outubro
- Despacho Normativo n.º 34/2007, de 19 de setembro
- Portaria n.º 1087-A/2007, de 5 de setembro
- Decreto-Lei n.º 101/2006, de 6 de junho

Contactos

Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS, I.P.)

Equipa de apoio à Rede Nacional dos Cuidados Continuados Integrados
 Av.ª dos Estados Unidos América, n.º 39, 1749-062 Lisboa
 Tel. 300 511 440
 E-mail: iss-redecci@seg-social.pt

Administração Central do Sistema de Saúde, IP (ACSS)

Núcleo Funcional da Rede Nacional dos Cuidados Continuados Integrados
 Av. João Crisóstomo 14, 6º
 1000-179 Lisboa - PORTUGAL
 Tel. 21 792 58 00
 Fax. 21 792 58 48
 E-mail: secretariadocci@acss.min-saude.pt
 Site: www.acss.min-saude.pt